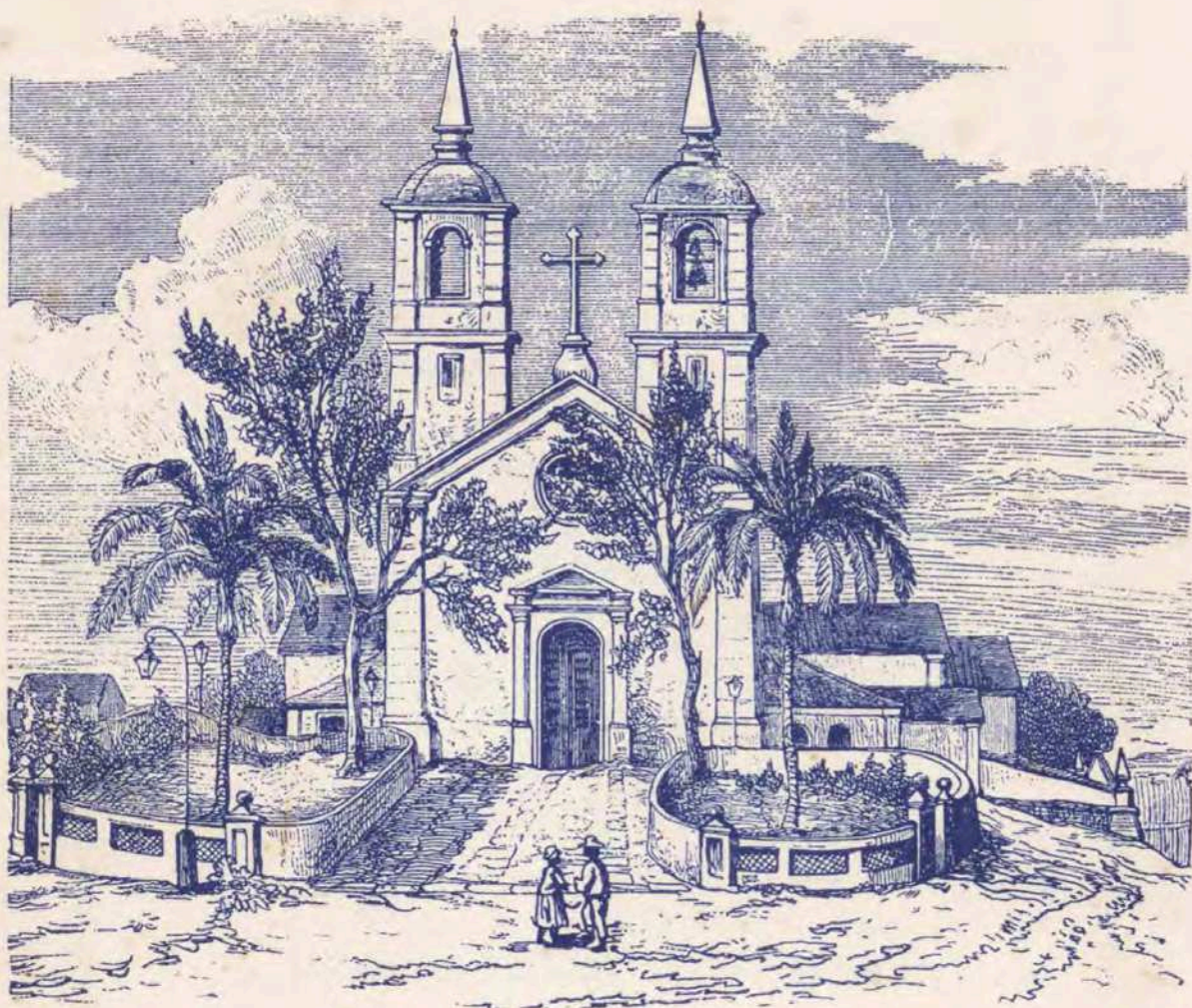


JEAN R. RUL - Caixa Postal, 488

TAXA PAGA



Blumenau em cadernos

TOMO XIV ★ MARÇO DE 1973 ★ Nº. 3

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Empresa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kühnrich - Blumenau

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S.P.

Bluménau

em Cadernos

TOMO XIV

Março de 1973

Nº. 3

O Esquecido Tradutor de um Livro Raro

Oswaldo R. Cabral

A NOTÍCIA

O sr. Carlos Ficker, estudioso de assuntos catarinenses referentes à colonização, tendo dado já a lume uma excelente História de Joinville, que tive a honra de prefaciá-lo, além de contribuições, interessantes umas e valiosas outras, ao assunto, inclusive a que se refere ao mal afortunado movimento da Colônia Belga, empreendimento fracassado como iniciativa colonizadora, mas que deixou na Província algumas famílias que não se tornaram apenas brasileiras, mas até mesmo ilustres e importantes - o sr. Carlos Ficker, dizia eu, é também um bibliófilo consciente, que está reunindo em sua biblioteca alguns exemplares raros de obras que nos dizem respeito, desta ou daquela maneira, passatempo muito útil, sem dúvida, mas que depende não apenas de recursos como também de sorte...

Há pouco tempo, num gesto gentil que muito me cativou, apesar de já acostumado a eles, teve a oportunidade de oferecer-me uma cópia em xerox da folha de rosto de uma obra que reputo, até o presente momento, a mais antiga de quantas tenham sido editadas em Santa Catarina, e cujo conhecimento não só para mim constituía novidade, como a outros estudiosos, pois não havia encontrado, até havia pouco, qualquer referência à sua edição em qualquer dos nossos mais minuciosos pesquisadores como nos mais conspícuos historiadores.

Na minha recente obra «NOSSA SENHORA DO DESTERRO» (Vol. III, Memórias, págs. 94 e 95) cheguei a avançar duas proposições, que me vejo na obrigação, hoje, de não confirmar, retificando-as, o que faço não apenas com espírito científico, apontando o erro, para não induzir outros a acompanhá-lo, mas também com satisfação pois, se na

primeira delas admito que «não havia tipografia no Destêrro que o imprimisse» (ao poemeto de Marcelino A. Dutra intitulado A ASSEMBLÉIA DAS AVES), completo o meu pensamento logo a seguir, na página adiante, quando afirmo, embora com menor certeza, que «a 23 de novembro 1853, surgiu talvez, o primeiro livro editado no Destêrro - a MEMÓRIA HISTÓRICA DO EXTINTO REGIMENTO DE INFANTARIA DE LINHA DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, de Manoel Joaquim de Almeida Coelho, tendo saído da Tipografia Desterrense de propriedade de Germano Antônio Maria».

Ora, aí está, e embora afirmar que não havia tipografia no Destêrro capaz de editar um volume não quizesse dizer necessariamente que jamais houvera - foi, de fato, esta, a minha intenção: afirmar que não só não havia, naquele momento, como não houvera antes, pois de outra forma não daria, logo a seguir, como pioneiro das nossas publicações em forma de livro, a pequena monografia de estréia do nosso primeiro historiador - o que agora se compröva não ser exato.

Para gáudio nosso podemos dizer que já em 1838 se editava em Santa Catarina, que já havia no Destêrro uma tipografia capaz de lançar no mercado um livro de 384 páginas - e que se não foi o primeiro que aqui surgiu (pois agora já não me encorajo a fazer outra afirmativa tão ousada) foi, pelo menos, um dos primeiros. No momento, entretanto, não lhe conheço obra anterior aqui publicada.

O livro em apreço foi editado pela Tipografia Provincial, em 1838; constava de 384 páginas e mais 6; vem citado em Sacramento Blake (Dr. Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake - DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO - Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883) no seu 1º Volume, à pág. 214; era de formato 7,5 x 13,5 cms.; e, o conteúdo, uma tradução feita por Antônio José Falcão da Frota do TRATADO DOS SOFISMAS POLÍTICOS de Jeremias Bentham, autor da TÁTICA DAS ASSEMBLÉIAS. O exemplar cuja folha de rosto reproduzimos foi adquirido pelo bibiófilo Carlos Ficker, segundo se dignou informar-me, em Lisboa, num antiquário.

Tão logo foi recebida a novidade, isto é xerox da capa do livro de Bentham, cuja maior importância, para nós no momento, estava justamente na data da sua impressão aqui - 1838 - imediatamente se cuidou de limitar a extensão do seu ineditismo - e mais uma surpresa nos atingiu:- a obra, embora raríssima, pois não permitiu nenhuma referência nestes últimos setenta anos, ou mais, já fôra catalogada por Sacramento Blake e pelo biógrafo de Antônio José Falcão da Frota, tradutor e editor da versão portuguesa em análise, biógrafo e, a um tempo, seu descendente, o padre jesuita José da Frota Gentil, que o cita e reproduz a folha de rosto de outro exemplar, que encontrou no Gabinete Português, de Leitura, do Rio de Janeiro. A consulta do livro OS FROTA, de autoria do padre Gentil me foi facilitada pelo ilustre genealogista catarinense, o nosso mais conceituado estudioso e a nossa maior autoridade em assuntos dessa natureza, Antônio Taulois de Mesquita, amigo dedicado, a quem eu fôra mostrar a oferta de Carlos Ficker, por saber que, há anos encontrara

ele, Mesquita, os registros de nascimeno de dois filhos de José Antônio Falcão da Frota - e que foi, aliás, quem forneceu sôbre eles os dados mais exatos a respeito da sua origem.

Não obstante, o fato de alguns Autores darem notícia da obra não retira nem diminui o interesse que desperta, como curiosidade bibliográfica e pela pessoa do tradutor, mal conhecida entre os catarinenses,

onde viveu pelo menos vinte anos da sua vida e onde se constituiu tronco de uma estirpe ilustre.

TRATADO

DOS

SOFISMAS POLITICOS

Por JEREMIAS BENTHAM

Autor da TACTICA DAS ASSEMBLEAS.

Traduzido, e dedicado

À NAÇÃO BRASILEIRA

Por

Antonio José Falcão da Frota.



SANTA CATHARINA.

TYPOGRAPHIA PROVINCIAL. 1853.

Rosto do Livro de Bentham, na tradução de Falcão da Frota de que trata este artigo.

pulso, a Igreja tratou de inclui-las no INDEX das obras proibidas

O AUTOR

Jeremias Bentham, filósofo e jurista londrino (1748 - 1832), foi tido como menino prodígio, de um talento deveras precoce, dele contando a Enciclopédia Britânica, que se vê reproduzida aí, pela Enciclopédica Católica (Vaticano), que aos três anos já lia a História da Inglaterra e aos quatro se iniciara no estudo latim - coisa que, nos parece, à vista de outros casos semelhantes, possível de admitir no segundo caso, mas bastante de duvidar no primeiro, que a gente aceita mais como lenda do que como realidade... Mas, é o que dele contam como também noticia a segunda das Enciclopédias, que algumas de suas obras, «Infecionadas pelas idéias filosóficas» avançadas que então tomavam curso e im-

De qualquer forma, é indiscutível a genialidade de Jeremias Bentham, cuja obra rapidamente se difundiu, tornando-o célebre não só na Europa como na América, a ponto mesmo de lhe abrirem a cidadania honorária em França. Formado em Oxford, bacharel e mestre em artes, Bentham cedo revelara os seus pendores pelo estudo do Direito e pelo da Filosofia observando as teorias de Locke, Hume, Beccaria, Montesquieu, Helvetius e outros mestres de ambos os campos (é a mesma Enciclopédia

Vaticana que o afirma) - e publicou várias obras de indisfarçável valor, citando-se entre elas, INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS DE MORAL E DE LEGISLAÇÃO, PRINCÍPIOS DO CÓDIGO CIVIL, PRINCÍPIOS DO CÓDIGO PENAL, TRATADO DE LEGISLAÇÃO CIVIL E PENAL, TRATADO DAS PROVAS JUDICIÁRIAS, DEONTOLOGIA - e possivelmente outras mais, que não se alinham nas informações que foram as nossas fontes - obras que lhe projetaram no campo jurídico e filosófico de tal maneira que por longo tempo se escreveu a seu respeito, buscando interpretações das suas idéias e dos seus princípios, tanto mais que, a colocação de algumas entre as obras proibidas pela Igreja provocavam a controvérsia e a discussão.

Informações maiores a respeito das idéias de Jeremias Bentham não caberiam aqui, pois excederiam às nossas intenções - mas o padre José Frota Gentil adianta que as obras do jurista e filósofo «são ricas fontes de idéias legislativas, estudadas por políticos e juristas e influenciaram em várias legislações da Europa e da América» - o que é afirmado com base no que, a respeito, aduz a Enciclopédia Católica.

O TRATADO DOS SOFISMAS POLÍTICOS chamara a atenção do seu tradutor brasileiro, que a considerava «um catecismo indispensável para a controvérsia», «indispensável aos oradores das Assembléias» pois, diz ele, no Prólogo do Tradutor com que abre a obra, «temos no Brasil 19 Assembléias Legislativas (queira Deus que não rebentamos com tanta fartura)» - vale dizer, havia mercado de leitores bastante para que a obra pudesse ser meditada e absorvida nos seus conceitos. Não é de duvidar que, mesmo hoje, quando o Poder Legislativo muito mais numeroso, nem por isto se libertou de alguns boquirrotos e de muitos contemplativos uns que não param de falar seja a respeito do que for, e outros não se cansam de meditar, em verdadeiro silêncio de monges trapistas, mesmo hoje os SOFISMAS contariam com possibilidades de venda - tanto mais que, como já naqueles tempos, o Poder Legislativo continua sendo sempre o mesmo - um Poder que, frente ao Executivo, que é um Poder armado, do Judiciário, que é o desarmado, não deixou um momento sequer de ser, em certos sistemas, o eterno Poder alarmado, suspeitando a aproximação da indesejável hora da sua dispensa ou da sua extinção. . .

A OBRA E A TRADUÇÃO

O descendente e biógrafo do tradutor do TRATADO DOS SOFISMAS não esconde a sua surpresa pela preferência do seu antepassado, tanto mais que não lhe são estranhas as limitações intelectuais do meio em que foi impressa a obra, na era do seu lançamento. Diz ele que «curiosa é, sem dúvida, a aparição de um livro desses em Santa Catarina, em 1838» - no que lhe assiste a mais inteira razão - «já pelo assunto, já pela circunstância de ser o tradutor o então Secretário do Brigadeiro Pardal. Sem dúvida ele não poderia esperar muitos leitores naquele meio acanhado do tempo, nem teria tantos recursos para custear edições». E, pergunta, com propriedade: «Tê-lo-ia ajudado o Governador, ou algum amigo?». Mas, é claro. . . Ainda hoje, sem tais auxílios não se arranja meios de se publicar obra qualquer, por mais necessária ou interessante que

seja. Sem Governador e sem amigos - nada de publicações. Também não é como me dizia, pouco tempo atrás, em Joinville, um ingênuo confrade, que na Capital ainda se consegue publicar alguma coisa por que para tanto são empregadas as verbas do ICM - Suspeita que não deveria brilhar em pensamentos intelectuais. Mas, não resta dúvida que a publicação de certas obras não seria possível sem a cooperação do Estado (limitada, sem dúvida) ou dos amigos que o escritor conquista nas Universidades, nas Empresas e Organizações. O sr. Carlos Ficker, por exemplo, jamais teria podido lançar a sua magnífica HISTÓRIA DE JOINVILLE sem a cooperação financeira de poderosa entidade industrial. Nem estes CADERNOS, que fazem honra a Santa Catarina, não poderiam ser publicados, com a excelência dos seus artigos e com a pontualidade desejada, se não contasse com a compreensão das entidades locais, que o subsidiam.

Falcão da Frota não deve ter prescindido do auxílio oficial para a publicação da dita tradução - tanto mais que fazia ele parte do Governo e a Tipografia Provincial também. Não para imprimir de graça no peito - mas com as facilidades justas e cabíveis para a disseminação das obras e dos valores culturais.

A Tipografia Provincial era de propriedade do Governo.

Seu material provinha da tipografia da Sociedade Patriótica do Desterro, servindo até então à pequena imprensa que mantinha (tendo publicado o jornal «O Expositor», segundo aparecido na Província) e que fora hipotecado ao Governo em crise de aperturas.

Em 1836, segundo o Livro de Atas da Sociedade, devolveu os tipos ao Governo que passou a administrar a tipografia, que mandara instalar numa das salas do Quartel do Campo do Manejo, segundo nos informa Martinho Calado Júnior no seu RESUMO HISTÓRICO da IMPRENSA CATARINENSE (Santa Catarina - Grafipar - Vol. III, págs. 129) entregando-a à administração de Domingos Dias de Souza Medeiros - mas só em março de 1843 foi ela aberta «ao uso particular, independente de consentimento do Presidente da Prnviocia, para quaisquer publicações, guardadas as disposições que regulam a liberdade de imprensa, pagando os interessados as despesas e o trabalho da impressão».

Com estes dispositivos, que Martinho Calado Júnior transcreve da Lei nº 176 de 20 março de 1843, é de imaginar-se que os SOFISMAS foram impressos com o «Imprimatur» ou com o «Nihil obstat» do Brigadeiro Pardal, Presidente da Província e que a experiência, se é que foi, como se imagina, o primeiro livro publicado pela Tipografia Provincial, deu bom resultado, se não financeiro, pelo menos como trabalho gráfico.

Quanto aos leitores, dos quais se preocupa o descendente do tradutor, e que, de fato, hoje é a preocupação dominante, pois sem eles não se conclui o investimento, parece que não preocupou muito a Antônio José Falcão da Frota. Dizia ele no seu Prólogo:

«Bem persuadido estou de que muitos não precisarão da presente tradução (que apesar de alguns, ou bastantes, defeitos, julgo estar fiel, sem que me esquecesse do preceito de Horácio) mas ainda assim, poupo a esses trabalho e tempo, dando-lhes já a inteligência genuína na comezinha versão; e aos outros, subministro fácil meio de se instruírem em pontos, que tanto importam às discussões, que se suscitam sempre em todos os corpos deliberantes. Se é o estudo desta obra indispensável aos oradores das Assembléias para facilmente conhecerem os falaces meio de que se possam acaso servir os oradores seus adversários, também o é para os mesmos curiosos das galerias, que instruídos do que este livro em si contém com facilidade podem conhecer quais os Representantes que excluem ou dilatam boas e necessárias providências com falsos argumentos e sofisticas impugnações. . .»

Aí está. Um livro que tanto serviria aos que se sentassem nos plenários, como aos que se alojassem nas galerias, deveria, é forçoso admitir, ter curso fácil e vendagem assegurada. Mas, quanto a isto, nada poderemos assegurar - e, sem querer alongar por demais as citações, quero lembrar que o tradutor, depois de recomendar à leitura dos Ministros da Coroa, Frota pedia aos concidadãos que se dignassem de ler o livro e de ser indulgentes para com ele, tradutor.

O Prólogo está datado de 15 de junho de 1837 - certamente feito quando a impressão do livro fora decidida - e a data da edição é do ano seguinte, pelo que se deduz que pelo menos levou a sua composição e impressão mais de seis meses. Foi, para o tempo, diligente a Tipografia, no fazer o pequeno livro de bolso (o seu tamanho autoriza a classificação) e cuidadosa na sua feitura, pois o tradutor eximiu-se de publicar uma Errata, «tão poucas e insignificantes» foram as gralhas «que escaparam nas primeiras páginas da presente edição», considerando que «seria ocioso e supérfluo fazer delas (erratas) menção particular». Hoje em dia, dificilmente diria isto - bem ao contrário, depois de esculachar com revisores e tipógrafos, ainda pediria desculpas «ao leitor atento e inteligente», pelos pasteis que ainda descobrisse. O fato depõe em favor da Tipografia, dos seus tipógrafos e revisores.

Completando a informação sobre a obra traduzida, já agora cabe falar ao padre Frota Gentil:

«O filósofo e jurista inglês estava então no auge da sua fama (aliás, quando a tradução foi publicada já ele havia morrido, o que não, obstante, não impede que a sua fama persistisse) e chamo a atenção (do mundo intelectual) pelo Tratado dos Sofismas Políticos. Segundo ele, estes sofismas, ou falsos fundamentos da vida social, são ideias positivas e negativas dos antepassados, o medo das inovações, as leis consideradas irrevogáveis, o número dos que defendem uma opinião, a autoridade pessoal, etc. . . .» - (O que adianta alicerçado numa outra Enciclopédia, o Nouveau Larousse Illustré verbete Bentham).

O TRADUTOR

Talvez a parte mais importante para nós, depois da notícia de que já se podia, aqui no Destêrro, publicar uma obra nos idos de 1838, mesmo do formato livro de bolso, uma vez que as teses de Bentham superou-as o tempo, não só pela evolução das concepções doutrinárias do Direito, quer no campo civil, quer no terreno criminalpenal, como também pela adoção de novos figurinos parlamentares, talvez a parte mais importante, dizia eu, para nós, seja justamente a personalidade do tradutor, vivendo na insignificante cidade do Destêrro da Ilha de Santa Catarina, ou nas suas proximidades, depois de haver ocupado importantes cargos na vida militar e na vida diplomática na nossa jovem pátria.

Antônio José Falcão da Frota era português, nascera em Lisboa, mais ou menos por volta de 1780, e veio para o Brasil em 1808, com a Família Real, por ocasião da sua transferência para este lado do Atlântico, com a invasão napoleônica. Era Oficial de Marinha, fez a campanha da Cisplatina e, em 1817, recebia a Comenda de São Bento de Aviz, uma das Ordens Militares que eram concedidas por serviços distintos.

Foi homem de relevo e capacidade, pois ocupou em Buenos Aires o cargo de Cônsul do Brasil, e em Montevidéu o de Capitão de Porto, interino em 1819, efetivo em 1824. Foi Agente político do Império junto ao Governo de Buenos Aires, tendo sido, ainda, em 1826, encarregado dos negócios do Brasil no Chile, posto diplomático que parece não ter chegado a assumir, tornado sem efeito para poder ser conservado na Capitania do Porto de Montevidéu.

Reformando-se do serviço ativo, com a patente de Capitão de mar-e-guerra, no ano de 1829, resolveu fixar-se em Santa Catarina, certamente seduzido pela sua beleza mas sobretudo pela sua tranquilidade - que conhecera, possivelmente, quando passara por aqui, integrando a coluna dos 4.600 homens do General Carlos Frederico Lecor, depois 1º Barão e Visconde da Laguna.

Falcão da Frota veio para residir em São Miguel da Terra Firme com justas razões, hoje facilmente comprováveis a respeito da beleza e da tranquilidade, trazendo a sua companheira ou esposa, D^a Tomásia Vivas, natural de Buenos Aires, filha do Tenente Coronel Lucas Vivas e de sua esposa, D^a. Gabriela Lavendeus.

Taulois de Mesquita, que percorreu os arquivos da nossa Cúria com aquele cuidado que todos sabemos e lhe reconhecemos, em busca de assentamentos dos filhos do casal, encontrou-os batizados aqui, embora nascido em São Miguel - um deles dado como filho natural (o que explica não ter consignado Henrique Boiteux nos seus Volumes sobre SANTA CATARINA NO EXÉRCITO o nome da mãe dos seus biografados), enquanto o outro já figura como filho legítimo - o que faz supor que Frota pai, afinal, resolvera situar legalmente a esposa, mãe de seus filhos, aliás numerosos, que anteriormente não fizera, quero crer,

unicamente devido às suas crenças religiosas, um tanto ausentes, e não haver, à época, outro tipo de casamento que não o religioso.

Em certa época da sua vida deve ter tido residência no Destêrro, pois fez parte integrante da Sociedade Patriótica do Destêrro, de feição política anti-restauradora (ou anti-caramurú, como aos saudosistas chamavam os liberais) - e já se interessar pelas coisas da imprensa, tanto assim que, em outubro de 1832, quando a Sociedade cuidou de comprar a tipografia que fora de «O Catarinense» - a mesma que mais tarde teve de hipotecar ao Governo - a fim de publicar o jornal que veio a ser justamente o Expositor, foi Antônio José Falcão da Frota escolhido com Diogo Duarte Silva, português como ele e deputado à Câmara Geral pela nossa Província, e com Jerônimo Coelho, para redator da nova folha, nela ficando até o ano seguinte, quando pediu exoneração de tais funções. (Livro de Atas da Sociedade).

Seu nome figurava, então, sem o apelido FROTA - da mesma forma que, em 1834, figura no Decreto nº. 32, de 16 de setembro, quando a Regência confirmava a concessão de uma tença de 120 mil réis feita «ao Capitão de Mar-e-Guerra Antônio José Falcão», entre outros militares a quem fora outorgada.

Aqui residente, homem ilustrado, falando vários idiomas, com boa formação humanística, em 1835 viu-se eleito Suplente de Deputado à Assembléia Legislativa Provincial, mas, convocado nesse ano como no de 1837, excusou-se de tomar assento no legislativo, de ali verificar e colocar em prática, ou reprimir, os sofismas de Bentham, justamente quando se inaugurava o novo Poder, devido ao Ato Adicional à Constituição de 25 de março, que instituiu as Assembléias Legislativas Provinciais. Escolhido para esta primeira legislatura, recusando-se em duas sessões, não voltou a ser eleito nas subseqüentes.

Estas situações não foram até aqui reveladas pelos seus biógrafos, nem mesmo o seu descendente, o que, entretanto temos satisfação em fazer-lo, sem temor de engano, devido ao levantamento que realizamos de todos os parlamentares catarinenses desde a instalação do Poder Legislativo Provincial em 1835, até 1955.

Da atuação de Antônio José Falcão da Frota como Agente diplomático do Brasil no Prata fala com detalhes a obra de João Pardiá Calógeras - A POLÍTICA EXTERIOR DO IMPÉRIO - 1º. Reinado - em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Tomo 2º. Especial - o que depõe do alto gabarito de que se revestia o tradutor de Jeremias Bentham, que escolhera o refúgio tranquilo de Santa Catarina para os derradeiros anos da sua vida, entre as suas leituras e os seus filhos.

Foi aqui, na vida política, companheiro dos nomes mais ilustres de Santa Catarina, levados ao Legislativo em 1835-1838 - mas mesmo assim não quiz tomar parte nos debates parlamentares - e sabe Deus

de que argumentos e de quantos empenhos se terá valido o Presidente João Carlos Pardal, para convence-lo a vir Secretariar o seu governo, quando, em 1837, veio substituir na Presidência o seu colega, Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira.

O Brigadeiro João Carlos Pardal não desfrutou das simpatias dos nossos historiadores, que não lhe pouparam o despreparo para o cargo, assumido em ocasião de graves perturbações da ordem politica. Entretanto, silenciam sobre a pessoa do Secretário do Governo, evidentemente uma eminência a considerar, dada a sua alta capacidade, o seu alto posto, embora reformado, e o seu elevado gabarito intelectual. Pouco se sabe, mesmo, das suas atividades, políticas como sociais.

Sacramento Blake diz constar que Antônio José Falcão da Frota faleceu em 1849 ou 1850, sendo que os registros da Cúria, quer relativos à paróquia da Capital, quer os da freguesia de S Miguel, por mim recentemente examinados, com toda a minúcia nada revelaram a respeito.

Deixou, entretanto, prole ilustre, como ilustre era ele, desde as suas origens, pois era filho do Sargento-mor José Felix Falcão da Frota (e de sua mulher Francisca Helena Falcão da Frota), de falada prosápia e colorido brasão. Dentre os seus filhos cumpre destacar os seguintes:

Antônio Nicolau Falcão da Frota - nascido em S. Miguel da Terra Firme a 10 de setembro de 1834 e batizado no Destêrro a 26 de março de 1835 (Taulois de Mesquita) e que foi casado com D. Ana do Vale e Almeida, filha do Capitão Boaventura Leitão de Almeida e de D^a Maria Joana do Vale (Gentil) Foi militar, tendo entrado para o Exército em 1850, participando da guerra do Paraguai. Foi Ministro da Guerra de Deodoro, (22-1-1891 a 23-11-1891), deixando larga descendencia e tendo falecido em Pelotas, Rio Grande do Sul, a 21 de março de 1900 (Gentil).

Júlio Anacleto Falcão da Frota - nascido em São Miguel da Terra Firme a 27 de outubro de 1836, batizado no Destêrro, no mesmo ano, a 28 de dezembro. Foi também militar, do Corpo de Engenheiros, participou das campanhas contra Rosas e do Paraguai, onde se distinguiu, como o irmão. Serviu no Gabinete do Marechal Osório e foi o primeiro Oficial brasileiro a receber os bordados do generalato, depois de proclamada a República. Teve participação na vida política do Rio Grande do Sul, sendo seu Governador de 1890 a 1891, Senador da República da primeira legislatura republicana, reeleito até 1909. Reformou-se em 1906 como Marechal, portador, como o seu irmão, de brilhante folha de serviços e numerosas condecorações. Faleceu a 5 de março de 1909.

Além destes dois elementos exponenciais da familia, foi ainda Antônio José Falcão da Frota pai de Manoel Antônio e de Pedro Emilio - o primeiro engenheiro militar, que consta haver residido algum tempo em Laguna; e o segundo, ao que se diz, falecido na Argentina aos 110 anos de idade - o que lhe dá a glória de, se não pode ser considerado o mais

ilustre, pode sem qualquer dúvida, disputar o de ser o mais longevo da sua estirpe.

Cumprе assinalar um fato que me chamou a atenção, quando compus os meus volumes sobre NOSSA SENHORA DO DESTÊRRO. Os nomes de Antônio Nicolau e Júlio Anacleto Falcão da Frota não figuram entre os catarinenses que participaram da guerra do Paraguai. Nem foram gravados na Coluna Comemorativa, que se elevou na Praça principal da Cidade Capital, para honrar os nossos herois, nem a imprensa, de várias épocas, onde recolhi tantos elementos sobre a referida campanha, os registra. Se incluí os seus nomes entre os nossos militares ilustres, aqui nascidos, nossos conterrâneos, foi porque os Boiteux, Henrique e Lucas, não se esqueceram de nomeá-los, tendo o primeiro escrito a biografia de ambos, em páginas que tanto honram o Autor como consagram os biografados.

Acredito que a circunstância de se haverem fixado no Rio Grande do Sul, tanto os dois militares como seus irmãos, acabou por apagar todos os traços da passagem dos seus pais e a lembrança dos seus nascimentos em nossa terra - tornando-se assim esquecidos dos seus contemporâneos (que os tomavam por gauchos) e desconhecidos das gerações que não os consideravam, como deviam e seria de justiça, legítimos barrigas-verdes.



A iluminação elétrica da cidade de Luiz Alves foi inaugurada a 12 de fevereiro de 1927, quando aquela localidade ainda era sede de Distrito sujeito à jurisdição do Município de Itajaí.



Blumenau em Cadernos

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva

(Reg. Min. Trabalho nº. 3)

Declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1895, de 15-12-72

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

— Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 12,00 —

Caixa Postal, 425 - 89 100 - BLUMENAU - Santa Catarina

O MALABARISTA DE NOSSA SENHORA

GUSTAVO KONDER

Ha algumas centenas de anos atrás, vivia nas terras da velha Alemanha, um franzino homenzinho, que ganhava o seu magro pão pelas secretas artes do malabarismo e que tornou-se conhecido em todas as aldeolas, de ruas estreitas, cercadas de edificios feitos de enxamel, no lendário vale do Rheno.

Aparecia sempre, em dias festivos, ou de feiras, armando na praça principal a sua tenda, estendendo ao chão um tapete sujo e esfiapado, herança de um velho saltimbanco com quem, mocinho ainda, aprendera a difficil arte. Depois, espalhava ao lado do tapete, os pratos, as navalhas e as seis bolas, de madeira leve e pintadas de branco (que eram a sua única riqueza). Em seguida repetia, em voz cantante, as velhas anedotas, igualmente aprendidas do seu defunto mestre. A medida que executava as suas cabriólas, jogando os pratos para o ar, a multidão se reunia ao redor para admira-lo. E, no momento indicado, firmava as mãos no tapete ficando de pernas para o alto, cabriolando as seis bolas com os pés. Então acontecia que alguns miseráveis niqueis tilintava no surrado tapete. Infelizmente e apesar de tudo, nunca foi o suficiente para lhe dar de comer e de abrigar na rigorosa temporada do inverno.

Um dia, de forte nevasca, um monge encontrou-o, caído num fôssão à beira da estrada, meio morto de frio. Condoeu-se então e carregou-o piedosamente para o vetusto

mosteiro, que ficava nas imediações. Durante o longo inverno, pouco a pouco, o restituiram à vida e a saúde e, quando chegou a primavera ele parecia outro homem.

Mas, os monges não dispuham de tempo a perder com gente da sua laia, pois na época trabalhavam afanosamente, dia e noite. Estavam muito atarefados, preparando as tradicionais festas do mes de Maio, consagrado à glória de Maria. Cada um se empenhava em preparar alguma coisa preciosa para a Nossa Senhora. Um executava delicadamente uma estátua; outro, ficava até alta noite, caprichando nas delicadas miniaturas de algum missal... Aquele compunha, em honra à Virgem, versos latinos e outros, arrumavam as últimas peças de vidro de vivo colorido, no vitral novo da capela da Senhora ou ainda um alfinete de joias fulgurantes para a longa vestimenta da Virgem! Quando um raio solar atravessava a rosacea, parecia uma fogueira de muitos matizes!

Entre os monges laboriosos e contentes, andava bem entristecido o infeliz malabarista, pois no seu coração, adorava a Mãe de Jesus, mais do que qualquer um deles poderia ama-la. Tão bela ela era, tão amorosa e meiga. Quantas vezes a lembrança de Sua imagem o aquecera quando sentia frio e o reanimava quando tinha medo?. Como podiam os monges, bem nutridos, amar de verdade a Virgem Bendita, eles, que desconheciam o que era ter frio nem ter pavor?. Se ao

menos ele pudesse fazer alguma coisa para dar-lhe também uma alegria. Porém se nem ler, nem escrever, nem pintar, nem esculpir sabia o pobre malabarista?. Tais eram os seus enevoados pensamentos, quando chegou o mes de maio e quando terminou a caridosa hospedagem.

Recuperadas as forças, era tempo de percorrer novamente aquelas estradas, enxameadas de salteadores.

Na última noite de abril, passando pela porta da capela, a caminho do refeitório, um dos monges ouviu rumores que o intrigaram. Nos picos dos pés, entreabriu a porta e espirou. E o que havia de ver?. À luz das multiplas velas que iluminavam o pedestal do altar da Virgem, viu assombrado o pequeno malabarista. Desdoblado, no chão marmorizado, estava o gasto tapete. Ao redor, as navalhas, os pratos e as bolas, esperando. E o palhaço, virado para a Nossa Senhora, estava contando uma anedota velha e, finalmente, deu duas cambalhotas.

«Profanação»! murmurou o monge horrorizado e voltou imediatamente ao refeitório. Não demorou que Dom Abade se dirigisse à capela, solenemente seguido pela confraria toda, em procissão. Chegados à porta do santuário, pararam pasmados: no lageado, em frente à imagem da Virgem e a luz

mortiça das velas, estava o pequeno malabarista executando a melhor das suas habilidades: de mãos no tapete e pernas para cima, jogava, no ar, ao mesmo tempo, as seis bolas brancas. Tão compenetrado estava, na exibição dessa obra prima, que nem deu pelos murmurios de irritação, nem pelo arrastar das sandalias dos frades no lageado. Na sombra, para além da chama incerta de uma vela, os assustados monges formavam um semi-círculo, a espera que o abade superior, já de mãos levantadas aos ceus, conjurasse a ira divina sobre aquele ultraje. E foi então...

Foi então que houve alguma coisa extraordinária que deixou paralizar os monges: do seu aitar florido, a Imagem da Virgem inclinou-se para o infeliz malabarista, como a abençoa-lo. O seu ato significava que a Mãe de Jesus estava emocionada e sorridente com o invulgar espetáculo que ele lhe oferecia. Os frades, assombrados, caíram de joelhos nas frias lages, ao verificarem o suave sorriso com que Maria olhava o pequeno e humilde malabarista das ruas...

Esta enternecedora história foi extraída de uma lenda dos tempos medievais e que tem inspirado a imaginação de muitos escritores e novelistas, entre eles Anatole France, a escrever um dos seus melhores contos e Massanet que compos sobre ela a partitura duma ópera bastante conhecida.



As Ilhas dos Remédios, na costa de S. Francisco do Sul, têm esse nome, segundo Saint'Hilaire, «porque em caso de necessidade servem de abrigo às embarcações que não possam transpor a barra do canal (Araquari). Ainda que pequenas elas possuem água potável e as suas terras são cultiváveis».

O PIONEIRO ENGELBERT GEVAERT E SEUS DESCENDENTES

AYRES GEVAERT

Há muitos anos venho recolhendo subsídios para um relato histórico e composição da árvore genealógica da Família Gevaert. Porém, a carência de documentos fundamentando a história pouco conhecida da «Colônia dos Belgas» no rio Itajaí-açú, à qual deveria pertencer o primeiro Gevaert a emigrar para o Brasil, impediam meu propósito.

Carlos Ficker, dedicado cultor das letras históricas de Santa Catarina propiciou-me esta oportunidade, por intermédio de importante documentário: «Charles Van Lede e a colonização Belga em Santa Catarina».

Notáveis foram também as atividades dos amigos José Ferreira da Silva e Jean Rul, meu «patrício», que cuidaram do trabalho preliminar, permitindo acesso ao Arquivo Histórico da Bélgica.

Não pretendo, evidentemente, fazer um novo relato dos atribulados dias da «Colônia dos Belgas», largamente documentado no livro de Carlos Ficker. Quero lembrar, simplesmente, alguns acontecimentos: a origem da Colônia e a situação dos primeiros colonizadores. Em seguida adiciono notas que a tradição familiar conservou e os aspectos genealógicos mais interessantes que podem servir de orientação a outras famílias de origem belga. Procuro dar, assim, aos meus familiares meios de conhecerem os primeiros tempos da Família aqui no Brasil.

Contam, pois, os registros que no dia 24 de agosto de 1844 o brigue «Jean van Eyck» saía do porto de Ostende, na Bélgica, levando a seu bordo 109 colonos, todos de Flandres, com destino à Província de Santa Catarina. O seu objetivo era dar cumprimento ao contrato firmado entre os governos do Império do Brasil e da Bélgica, fundando a Companhia Belgo-Brasileira de Colonização: exploração comercial e mineral, assim como instalar nas margens do rio Itajaí-açú uma colônia agrícola.

Foi Charles Van Lede o idealizador desse movimento colonial e comercial e J. P. Fontaine o seu primeiro diretor.

Charles Van Lede adquirira do Major Henrique Flôres uma légua quadrada de terras na margem direita do Itajaí-açú, no local chamado Ilhota, visitado pelo adquirente em março - abril de 1842 em viagem de exploração, inspeção geológica e procura de jazidas de ferro e carvão mineral.

O brigue «Jean van Eyck» chegou a Destêrro no dia 17 de novembro, 86 dias depois da saída de Ostende, sendo os 107 colonos (dois desertaram do navio ao chegar ao Rio de Janeiro) recebidos por autoridades

provinciais, pelo Consul da Bélgica e por Van Lede e esposa.

Dias depois, em iate costeiro, 90 colonos (17 separaram-se, preferindo terras no atual município de São José), com o diretor Fontaine, Charles Van Lede e senhora, completaram a viagem até Ilhota. A 27 de novembro de 1844, data da fundação da «Colônia dos Belgas», iniciaram o desmatamento e a construção dos primeiros ranchos.

A relação nominal completa dos primeiros belgas chegados ao Brasil com o brigue «Jean van Eyck» não se encontra nos documentos. Tompouco os que chegaram em meados de 1846 - 16 - pelo navio «L'Adile», contratados por Pierre van Loo na cidade de Gand, foram relacionados. Antes, a 19 de maio do mesmo ano outros 18 colonos chegaram a Des-terro, destinados porém ao Alto Biguaçu e Tijucas Grande.

Cedo o descontentamento tomou conta da Colônia, verificando-se, inclusive, motins. As causas, entre outras: questões de terras, brigas com os nacionais, falta de títulos de propriedade, indolência de alguns colonos, indeferença da direção com relação ao cumprimento dos compromissos com os colonos. Em consequência, muitos colonos abandonaram-na em demanda da Capital e São Pedro de Alcantara. Outros desapareceram, em estado miserável.

Em 1874 as condições eram as piores possíveis, contrastando com o progresso das Colônias vizinhas Blumenau, Brusque e S. Pedro Apostolo (Gaspar). Somente por volta de 1900, com a legalização dos lotes e ainda com a presença de destacamento militar restabeleceu-se a ordem e a Colônia então começou a tranquilizar-se. Veio o progresso, em face da boa agricultura e pecuária.

De conformidade com a planta de 17 de julho de 1847 os lotes ocupados eram dos seguintes colonos e respectivas famílias: Ignace de Sanders, Charles Casteleyn, Gregoire Himpens, Leonardo de Gand, Leonardo van der Gucht, François de Smet, Ange Gevaert e Jean Verdurem, este sem indicação de família. Parte da casa do diretor e do terreno que a cerca era ocupado por Charles Van Dale, sua mulher e o seu irmão Ivo Van Dale. Uma parte da planta marcada com C foi reservada por Pierre Van Loo, ausente, ocupada temporariamente por Leo de Conneck e sua família. A parte assinalada com B era explorada por Gustave Lebon, com autorização de Hypolite Van Heydin, e, finalmente, a parte assinalada com A foi explorada pessoalmente por Gustave Lebon.

Como se ve, Engelbert Gevaert e sua família ocupavam o lote de N^o. DN 6. Outros colonos com os seguintes sobrenomes constam nos documentos sem serem proprietários: Maes, Grabels, Van, Heyke, Connicke, Busche, Maebe, Opstale, Bulens, Speckart, Rauvez, Verdarm, Ostyn, Nerrinck e Crousey.

Um outro Gevaert, de nome Ange (tradução francesa de Engel) aparece como subscritor de um documento entregue ao substituto do

diretor Fontaine, Gustave Lebon.

Deixo os documentos de Carlos Ficker para aproveitar elementos da tradição familiar e os registros do padre Alberto Gattone, cura da «Colônia dos Belgas», cargo que exerceu simultaneamente em Brusque e São Pedro Apostolo.

Em 1940 em companhia de meu tio avo Pedro e de meu tio Julio visitamos em Ilhota, pessoas da Família Maes, entre eles Desidério Maes, então com mais de 80 anos. Afirmou-nos Desidério que Engelbert, conhecido por Engel, veio da Bélgica em companhia de sua mulher Catarina de Pütt e seu filho único Alexandre. Ange, o solteiro, deve ter deixado a Colônia, como tantos outros, tomando destino que se ignora, ou faleceu, sem deixar descendentes, o que é mais provável. Quanto à exatidão das informações de Desidério Maes não existem dúvidas, são corretas, aspecto perfeitamente corroborado nos registros da Igreja Católica da «Colônia dos Belgas».

Alexandre, em 1854, com 22 anos (nasceu no dia 1º de novembro de 1832) contraiu matrimônio com Julia Maes, nascida a 18 de abril de 1838, filha de Eugenio Maes e Vicente Van der Cöcht. Eugenio e Leonard, que na documentação apareceram como solteiros, provavelmente eram irmãos ou parentes próximos de Julia.

Desse matrimônio nasceram os seguintes filhos: Carlos Luiz (25-2-1855), Felício, Leandro, Augusto (7-3-1862), Maria Luiza (faleceu com aproximadamente 45 dias), Ricardo (25-11-1864), Alfredo (28-4-1866), Luiz, Alberto, Pedro, Bernardino, Victor e Julia, ao todo 13 filhos.

Engelbert e sua mulher Catarina faleceram pouco depois do casamento de seu filho, sepultados em Ilhota ou São Pedro Apostolo.

Em 1867/68, Alexandre e toda família transferiram-se para Destêrro. Quase 25 anos permaneceram na Colônia que com seus pais ajudou a estabelecer; saiu para sempre, como tantos de seus compatriotas, de uma região promissora, tornada dura e amarga face a tantos desenganos, desarmonias e injustiças.

Ao fixar-se em Destêrro o casal tinha 6 filhos, os outros 6 nasceram na Capital.

Trabalhou Alexandre como carpinteiro nas seguintes firmas: Fernando Hackradt & Cia., Carlos Ebel, Ernesto Vahl, Joaquim Manoel da Silva e Carl Hoepcke. A 28 de fevereiro de 1890, com 52 anos, faleceu Julia, sua esposa e oito anos depois, em 1898, veio Alexandre morar em Brusque junto a seu filho Carlos Luiz.

Carlos Luiz, meu avo, arrendara a Fazenda Augusto Maluche, atual Loteamento Jardim Maluche, cuidando dos engenhos de acúcar, aguardente e farinha de mandioca.

Cinco anos permaneceu Alexandre trabalhando com seu filho, além de dedicar-se a manufatura e comércio de canoas, retornando a Florianópolis onde faleceu no dia 20 de janeiro de 1907, com 74 anos.

Segundo afirmação de meu tio avo Pedro, teria sido o professor Benjamin Carvalho de Oliveira o autor da mudança do t de Gevaert para d, mudança que ficou até hoje.

Alfredo e Luiz faleceram moços e Maria Luiza com 45 dias. Ricardo e Alberto casaram mas não tiveram filhos. Alguns dos demais filhos tiveram prole numerosa: Carlos Luiz 10 filhos, Felício 3, Leandro 8, Augusto 5, Pedro 21, Bernardino 3, Victor 5 e, finalmente, Julia 12 filhos.

Em 1940 segundo dados reunidos por David Gevaerd o número de descendentes de Engelbert somavam 290.

Meu avo Carlos Luiz casou com Maria Luiza Corsin, filha de Pedro Corsin e Jeane Labreyere Corsin, de nacionalidade norte americana. Seus filhos: Tancredo, Eugenio, Julio, Evilásio (meu pai), Arthur, Julia, Tancredo 2º, Alexandre, Victor e Pedro Gaio (10 filhos). Meu avo teve atuação destacada na Comunidade Brusquense exercendo as funções de alfaiate, professor público e particular, funcionário da coletoria estadual, tabelião e delegado de polícia.

Nenhum Gevaerd voltou à antiga «Colônia dos Belgas», salvo para visitar nossos parentes Maes.

Com relação à Família Maes, consegui os seguintes dados nos registros do Cura Alberto Gattone: Eugenio foi casado com Vicentia Xavier van der Göcht e tiveram os seguintes filhos: Ricardo, casado com Eugenia Brakefeld; Leandro, casado com Pelagia van Conning; Carlos, casado com Maria Luiza Brakefeld; Maria Luiza, casada com Guilherme Augusto Villain; Julia, casada com Alexandre Gevaerd; e Leonia.

Espero completar ainda este ano a relação de todos os descendentes do pioneiro Engelbert e de sua mulher Catarina, motivo para dar continuidade a este relato.



A primeiro de janeiro de 1909, o correspondente do jornal blumenauense «Blumenauer-Zeitung», em Hansa Hamonia (atual Ibirama), escreve que os russos-alemães que haviam chegado recentemente àquela colônia, «havam trazido a doença de olhos denominada «mal do Egipto». O Dr. Kuebel, médico do lugar, pediu o imediato auxílio do Estado. O mal foi debelado em pouco tempo.

COISAS DE CEM ANOS ATRAS

J. Ferreira da Silva

Se voce, leitor amigo, pensa que a vida na pacata Blumenau de 1873 corria em um mar de rosas, com uma população que só vivia de paz e amor, está bastante enganado. É verdade que, comparado com outros centros, até mesmo de menor população, Blumenau, quanto à ordem pública, poderia ser colocado entre os mais sossegados do mundo. Houve época em que não havia, para manter a ordem entre os seus 6.500 habitantes (em 1873) nem um único soldado de policia. E, salvo em raríssimas e especiais ocasiões, a constante na permanência de policiais, na sede da Colônia, não passava de dois ou tres.

Mas, havia também exceções. E às vezes bem graves, como a que sucedeu em março, há exatamente 100 anos atrás. O caso foi o seguinte:

A 18 de dezembro do ano anterior (1872), a mulher do colono Guilherme Ittner, residente na margem direita do Rio Benedito viu o pátio da sua casa invadido por uma turma de bugres, enquanto o marido se encontrava trabalhando num rancho próximo. Mais que depressa ela impurrou os filhos mais velhos, uma menina de 11 e um rapaz de 7 anos para o sótão da casa e quando quis apañhar a mais nova, uma menina de 3 anos, os bugres arrombaram a porta, tiraram a criança dos braços da mãe e desferiram contra esta tantos golpes de enxada, de que se armaram, que a deixaram desa-

cordada no meio da casa. A filha mais velha aos gritos, no sótão, foi alcançada por uma flecha que lhe atravessou o peito de lado a lado. Nesse meio tempo, os bugres descobriram o dono da casa e a força de bordoadas na cabeça deixaram-no sem sentidos. Depois de pilharem e depredarem a casa, os bugres voltaram para o mato, levando consigo a filhinha menor do desgraçado casal.

Chamado o médico da Colônia, o dr. Rechsteiner, este, em vista da gravidade dos ferimentos, determinou que o casal fosse transportado para a Vila de Blumenau, onde os curativos e respectivo tratamento poderiam ser feitos com mais probabilidades de sucesso. A menina mais velha, atingida pelo flechaço, morrera.

Para transportar o casal ferido para Blumenau, em padiolas, foram contratados oito homens, moradores do lugar, ganhando, cada um, 7\$000 (sete mil réis). Levaram, de Benedito a Blumenau, um dia e meio de viagem. O pagamento fora justo e até muito bom, pois, então, um trabalhador costumava ganhar, por dia de serviço, das 6 da manhã às 6 da tarde, 1\$200 (um mil e duzentos réis).

Assim, entretanto, não pensaram os que transportaram os feridos. Depois de deixarem estes últimos na residência e consultório do médico, foram a um bar e, depois de forrados com uma boa meia duzia de tragos de cachaça,

começaram a se queixar de que a Direção da Colônia lhes havia pago muito pouco pelo serviço que prestaram. Das reclamações passaram às ofensas e a violência, pois, ao regressar o dono do bar de um giro que fizera, foi agredido ao fazer ponderações aos exaltados colonos, procurando fazer-lhes ver que, além de receberem um pagamento bem razoável, tratava-se de uma obra de caridade feita a vizinhos e amigos.

As coisas tomaram tal pé, especialmente depois que, a chamado de um dos desordeiros, apareceram no bar alguns homens que trabalhavam na construção da matriz católica, armados de cacetes. Foi preciso mandar buscar o delegado de polícia, que era o sr. Friedenreich. Este apareceu com dois soldados. De nada, entretanto, valeram as palavras de persuasão da autoridade, até ameaçada pelos descontentes que já haviam gasto, em cachaça, quase tudo o que ha-

viam ganho. Até que o Delegado, perdendo a paciência gritou aos soldados:

- Carreguem as carabinas!

E dirigindo-se aos amotinados:

- Vou contar até tres. Se vocês não deixarem esse bar e a Vila, mando fazer fogo! E começou com voz de comando:

- Um.....Dois.....

Certos de que o Delegado não estava para brincadeiras, os rebeldes colonos não esperaram o «tres» e foram saindo de mansinho, rumo ao Benedito, onde devem ter chegado amaldiçoando os bugres, os feridos, o delegado e os policcias. E devem ter chegado de cabeça fria pois um dia e meio de caminhada a pé devem ter-lhes feito desaparecer o «espírito» que havia lhes subido à cabeça.



Itapocu vem de ITÁ, pedra e PUCU, comprida. Saint'Hilaire, entretanto traduz a palavra por ITÁ, pedra e PECY, côncava. Na embocadura da lagoa que o Itapocu forma antes da sua confluência no Oceano, havia, em 1820 um posto de milicianos encarregados de levar ao porto do Pirequê (Barra do Araquari), as ordens enviadas a São Francisco pela administração da Província. Os dois milicianos que, naquele ano, ali existiam, não tinham mais de 14 e 15 anos de idade. Naquela época, até crianças eram incorporadas às milícias.

TRES PINGOS DE HISTORIA

★ O padre Dr. Vicente Pires da Motta, que foi presidente da Província de Santa Catarina de 17 de novembro de 1861 até 25 de setembro do ano seguinte, era homem de grande cultura e de reconhecida capacidade administrativa. Sua origem foi das mais humildes, pois era enjeitado e fora adotado pela família que o criara e educara. Ordenou-se padre e, depois, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo.

Foi membro do Conselho Geral e lente de Direito da mesma Faculdade em que se graduara. Presidiu a Província de Pernambuco em 1848 e, no mesmo ano, a de São Paulo, sendo elevado aos altos conselhos do Império.

★ ★ Não parou aí a justa ascensão do Padre Motta. Em 1854 presidiu a Província do Ceará. Lá deixou fama de homem muito enérgico e até mesmo violento. Criada a Província do Paraná, presidiu-a em 1854. Seis anos depois, assumiu o governo da Província de Minas Gerais, vindo, no ano seguinte, presidir a de Santa Catarina, voltando, em 1862, a presidir a de São Paulo pela segunda vez. Depois, foi nomeado Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, cargo que exerceu até a sua morte em 1882.

O seu governo, em Santa Catarina, tendo durado apenas dez meses, não pode ser de grandes realizações. Não havia tempo nem meios para fazer alguma coisa. Mesmo assim, interessou-se pelos problemas que lhes haviam transferido os seus antecessores, procurando resolvê-los da melhor maneira possível.

★ ★ ★ Pelo relatório que o mesmo apresentou à Assembléa Legislativa, em 1862, pode-se aquilatar do seu interesse pelos assuntos culturais da Província. Conhece-se, por esse Relatório, que a Biblioteca Pública Provincial, fundada por João José Coutinho, tinha um acervo de 1925 volumes, sendo 1062 deles encadernados e os demais em brochura. E acrescentava: «A Biblioteca é pobríssima de obras. Não há nela as que são indispensáveis em estabelecimentos dessa espécie».

O Padre Presidente foi assistir a exames no Liceu Provincial, então frequentado, apenas, por 35 alunos. A cadeira de Filosofia deixara de funcionar por falta de estudantes. Na de matemática, de que era lente o nosso Fritz Muller, havia só 18 alunos. E ainda era muito, pois na de História havia apenas 3. É assim que ele registra em seu Relatório as impressões que lhe deixaram os exames: «Tive ocasião de assistir poucos exames no Liceu e devo declarar-vos que não fiquei satisfeito com o que presenciei e que a avaliar dos mais examinandos por esses, a cujos exames estive presente, a instrução que adquiriram é bem fraca».

Uma Esperança Gorada

Sob o titulo «Estrada de Ferro de Estreito a Lages», o «Novidades de Itajaí» publicou a 16 de março de 1913 a seguinte noticia sobre a projetada estrada de ferro da capital do Estado à cidade de Lages:

O governo do Estado assignou no dia 13 do corrente com a casa Louis Dreyfus de Pariz o contracto de construcção da Estrada de ferro que ligará a capital do Estado à região serrana. O contracto que foi obra de demorado e consciencioso estudo feito pelo exmo. sr. Coronel Governador do Estado e seu distincto auxiliar dr. Lebon Regis, deverá ser submetido ainda à approvação do governo federal, o qual, como é sabido, ele contribue com a metade para a construcção da referida estrada.

No mesmo dia seguio para o Rio o Sr. secretario geral dr. Lebon Regis com o especial fim de conseguir do governo da União esse beneplacit.

Este grato acontecimento deve encher de regosijo a população do nosso Estado e especialmente a região que mais directamente vai aproveitar desse importante commettimento.

A ligação da capital do nosso Estado ao Hinterland cathari-

nense era uma necessidade inadiavel não só para Florianópolis como para os municipios que a referida via férrea há de atravessar. A nossa capital sem uma ligação com o continente, que lhe injecte novo sangue e vida própria, seria em pouco tempo uma cidade decadente e votada à ruina, pois todo o commercio do sul ao norte do estado há de fatalmente com o desenvolvimento das estradas de S. Francisco ao Iguassú Santa Catharina e Thereza Christina emancipar-se da capital. Essa estrada é, portanto, a condição sine qua non do futuro da capital. Mas a ferrovia de Estreito a Lages impulsioará também diversos municipios que as suas linhas atravessam, municipios que teem todas as condições de prosperidade: fertilidade do solo, população laboriosa, administração honesta, etc., mas que não podem progredir por falta de vias de comunicação rápida e commoda que os ponha em contacto regular e fácil com os mercados de consumo. Todas estas circunstâncias o honrado governador do Estado as comprehendeu com o admirável tino administrativo que todos lhe conhecem e por isso trabalhou sem cessar, para que fosse o mais breve possível uma realidade a ligação da capital ao planalto catharinense. O exmo. sr. Coronel Vidal que antes muito se empenhou pela estrada de ferro S. Catharina, depois de assegurada, fez da estrada Estreito a Lages a sua preocupação primordial, a maior, aspiração de seu governo.



CELESC

Centrais Elétricas de
Santa Catarina S.A.

SETOR BLUMENAU - Alameda Duque de Caxias, 63
C. Postal, 27 - Teleg.: SETORCELESC
SANTA CATARINA

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Rua XV de Novembro, 25 — Caixa Postal, 157
Telegramas: «DISTRIBUIDORA»
Fones: 22-0825 e 22-0827

BLUMENAU - S.C.

Tecidos e Artefatos das Melhores Fábricas Têxteis do País

Vendas Somente por Atacado

A NOSSA CAPA

A igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Destêrro (hoje Florianópolis) em 1862. (De uma gravura do livro «Reise durch Sued-Amerika», de J.J. von Tschudi, diplomata suíço que visitou S. Catarina naquele ano)

Impresso na Tipografia Centenário de Timbó Ltda. - Timbó - SC